

ARNON DE MELLO

Senador da República

F
320.98135

M527

m

MISSÃO
DE
GOVÊRNO

F
320.98135
M527
m

Serviços Gráficos GAZETA DE ALAGOAS

Maceió — Alagoas

Discursos do Senador Arnon de Mello no Senado Federal já publicados :

Energia Nuclear
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Emigração de Cientistas
Pesquisa
Ciência e Democracia
Responsabilidade do Legislador
Vereadores
Pelé no Senado
América Latina : Educação e Progresso
Inquérito parlamentar Sobre Evasão de Cérebros
Legislação Social e Desenvolvimento (1930-1964)
Alagoas, Petróleo e Petrobrás
Cientistas-Meninos
Comunidade Luso-Brasileira
Brasil, Passado e Presente
Resposta ao Senador Edward Kennedy
Rondon, Telecomunicação e Desenvolvimento
A Transamazônica e o Desenvolvimento do Nordeste
Açúcar : Fator de Equilíbrio da Unidade Nacional
Problemas de Educação
Três Alagoanos
Pensamento e Ação
Chefes de Estado
Oposição e Governo

outros discursos:

UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO

~~Editora José Olympio Editora~~ Rio
BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Para correspondência e pedidos:

Rua México, 168 — 10.º — Salas 1001/05
Rio de Janeiro

MISSÃO DE GOVERNO (*)

A quase dois anos do fim do meu período de govêrno em Alagoas, longe das paixões e emoções provocadas pelo exercício do poder, ausente do meio em que atuei no quinquênio de preocupações e responsabilidades a que me chamou o povo alagoano, recordo, com isenção de ânimo e sem temor da verdade, as impressões que recolhi dêsses dias intensos e tumultuosos, já manifestadas algumas delas ao correr do meu mandato, nos discursos aqui reunidos, e sempre confirmadas no meu espírito à medida que se alonga o tempo.

POSSIBILIDADE E NECESSIDADE

A marca mais profunda deixada pelo Poder em quem o exerce com a consciência da sua missão é, sem dúvida, a do sofrimento, resultante, em primeiro lugar, da impossibilidade de resolver como seria mister os problemas de ordem geral. Além da insignificância do esforço humano ante o imenso das necessidades, é sempre curto o período do mandato popular para a solução dos problemas coletivos, que dia a dia se multiplicam e se agravam, sobretudo num país em crescimento desordenado como o nosso, ao mesmo tempo que suscitam e aumentam as privações, acentuadas pelas desigualdades sociais e contradições do regime vigente. As questões mesmas da economia interna do govêrno, que para prestigiar-se e manter-se necessita dedicar atenções sem conta a pequenos nadas e a providências distantes da vista do povo, desgastam-lhe energias e tiram-lhe parte preciosa do tempo. E, concluído o mandato, evidencia-se normalmente que, embora extraordinário o esforço, não corresponde seu resultado à vontade de ser útil do governante, nem atende de todo

(*) — Introdução à coletânea de discursos pronunciados como Governador de Alagoas, entre 1951 e 1955.

aos reclamos da coletividade. Chega-se até, as mais das vezes, à melancólica impressão de haver carregado água em cêsto.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Afora o sofrimento nascido de tal impossibilidade, há para o homem de govêrno, como para o homem público em geral, o sofrimento provocado pela injustiça com que se lhe apreciam as ações. Sério descompasso existe entre o julgamento dos cõtemporâneos e os atos do Govêrno, que sòmente com o andar do tempo se mostram na sua verdadeira significação. Difícil conciliar o conhecimento com a suposição. não se pode viver e sentir o passado com as mesmas eniões que êle comunicou à gente da época, como não se pode antecipar o futuro, conhecer desde logo os frutos de uma árvore que hoje se planta. Dai o atordoante e desconcertante das opiniões divergentes em tórno da obra e da personalidade do chefe do Poder Executivo; opiniões desdobradas em excessos de acusações e aplausos que se aprofundam pelos descontentamentos e favores que suscite e que conceda, tanto quanto pelos êrros e acertos que cometa e pratique. Nada melhor que o exercício do poder público para ensejar a observação dèsses traços da natureza do homem, dessa tendência invencível de certos sêres humanos para a insatisfação ou a conformação, o protesto ou o assentimento. Convive-se todos os dias com o tipo daquele espanhol que, chegado a uma ilha perdida, indagou, pressuroso: — “Aquí hay gobierno?” — para logo definir-se: — “Si hay, soy contra.” Cobra, realmente, a política, nêsse particular, bem alto preço de quem ambiciona a glória de servir à coletividade. Lembre-se a propósito a resposta do estadista francês a um jovem que o procurava para saber se deveria dedicar-se à vida pública: — “Se você tem fortaleza de alma para suportar as piores injúrias, calúnias e infâmias, se não perde a serenidade ao ser chamado ladrão, assassino, incestuoso, monstro, então ingresse na política, e poderá ser útil à sua Pátria.” Há também, em contrapartida, aquêle tipo que, permanentemente sensibilizado e atraído pelo Poder, age na vida pública como se o Govêrno fôsse um automóvel e êle seu passageiro, a quem o chofer, bom ou mau, não interessa, pois o que quer é tão-sòmente utilizar o veículo. Diga-se, afinal, que excessos de insultos como de elogias se confundem nos malefícios que possam causar ao homem público, cuja força íntima tem de inspirá-lo e dar-lhe vitali

dade para resistir aos impactos de uns e aos enleios de outros — impertubável, com a mesma serenidade e firmeza, sem perder o senso da realidade nem a consciência do seu objetivo.

Com efeito, ante os excessos dos elogios e dos insultos, concomitantemente estimulado no seu orgulho e ferido no seu amor-próprio, tem o governante de realizar um contínuo esforço de autocrítica e auto-domínio para que não o encandeie e desfigure a vaidade, nem o abandone o equilíbrio. Encarnando uma coletividade, uma soma de vontades e representando também vontades contrárias àquelas que o elevaram ao Governo, cumpre-lhe, se não quer atraí-lo ao povo que lhe conferiu o Poder, diluir-se no interesse geral, subordinar sempre os sentimentos individuais às conveniências públicas, vencer-se a si mesmo. Havendo necessariamente de ser ator, não se concebe, todavia, jamais esqueça a extensão e profundidade de sua responsabilidade, a repercussão de seus atos na vida da comunidade, a extraordinária importância do fator pessoal no Governo, que será bom ou mau na razão direta das virtudes ou defeitos de quem o chefia. Que não lhe falte nunca, assim, o bom senso: do contrário, o Poder será em suas mãos o que seria uma arma nas mãos de uma criança. Já Santo Tomás de Aquino frisava que o lugar ocupado pelo governante nos seus domínios “é como o lugar que ocupa a alma no corpo e como o que ocupa Deus sobre todo o universo”. E acentuava que “os maus reis levam sobre sua consciência não só os pecados próprios, mas também os pecados daqueles aos quais deram ocasião de pecar”.

RESPONSABILIDADES

Por outro lado, tais responsabilidades impõem ao governante uma devoção sem limites à coisa pública, uma indormida vigilância, quase diria o dever supremo de velar, um permanente estado de alerta, no qual sobressaia, antes de tudo, a preocupação de se informar e de ouvir, ouvir muito, quantos lhe possam levar qualquer esclarecimento, sem, no entanto, deixar de ouvir também a sua voz interior, aquelas sugestões íntimas que lhe vêm da alma, muitas vezes das versas de tôdas as outras, mas a cujo respeito caberia igualmente afirmar que têm razões que a razão desconhece. *J'écoute tout le monde, mais ma tête est mon seul conseil* — dizia Napoleão. E aí está a solidão do Poder, imperativa para quem o exerce com a consciência da sua missão.

Nem sempre o governante pode ajustar-se às medidas da época, tanto a sua visão não deve cingir-se ao limite dos dias que correm, mas estender-se aos dias futuros. Se êle não foi eleito para marcar passo e sim para prosseguir, obriga-se, conseqüentemente, a quebrar os velhos modelos ancilosados pelas exigências dos novos tempos. Não importa que alguém lhe considere loucura o arrôjo das iniciativas e deliberações, desde que sejam profundas as raízes delas. Indispensável se lhe torna, sobretudo, não ceder nunca, mas resistir, resistiu inflexivelmente a fôrças de pressão que, para detê-lo ou transviá-lo, não raro se apresentam como em favor de causas coletivas, quando em verdade se constituem para defender interesses pessoais ou de grupos. Evidentemente o êrro de ação é menos grave que o de omissão, mas qualquer dêles pode comprometer de modo definitivo a sorte do governante.

PROBLEMA SÉRIO

Problema sério, realmente, é manter a harmonia, a unidade, a eficiência, o prestígio, a autoridade do Govêrno enfrentando tantas pressões que lhe coalham o caminho e ainda mais se exercem em regime de representação proporcional como o nosso. Para o poder público levar, aí, a melhor, faz-se imperativo que entre em ação a política. O governante que pensa excluir-se dela para dedicar-se de todo à administração incide em doce e perigoso equívoco. Não lhe será possível de modo algum desvincular-se da política, se quer entender, se quer govêrnar. Bom ensejo teve em Haia o nosso Rui Barbosa de frisar que a política é tudo, está em tudo, e para o hemem de govêrno ela é ainda mais: é a sobrevivência mesma. Cravam-se na política as matrizes da obra administrativa, como as bases da própria permanência e segurança do Poder Público. Ou isto, ou o governante se submete à condição de segundo, dependente da aprovação ou do veto de outrem, que, detentor da fôrça política, logo se torna a verdadeira fonte da autoridade. E ter o Poder e não exercê-lo não é apenas uma demissão do Poder, mas da vida. Govêrno, já se disse, é missão da Providência, a qual não se pode, por vontade própria, delegar a terceiro.

APOIO POLÍTICO

Para contar com apoio político, há de ser o governante continuamente todo antenas no sentido de captar as reações que seus atos provoquem no meio de correligionários

ou adversários, entre os partidos, as classes, nos diversos setores de que se compõe a comunidade. E há de mergulhar fundo na alma coletiva em busca de inspiração para que seus atos coincidam com os anseios gerais, para que suas palavras e ações sejam menos dêle que do povo. Tacha-se de demagogo, entre nós, a quem procura aproximar-se do povo, ainda que no empenho de o esclarecer e servir. Demagogo não pode ser, entretanto, quem assim procede, mas quem promove a anarquia, iludindo e enganando o povo, mentindo e faltando ao povo. Se é o povo a origem do Poder, cumpre ao governante democrata nunca desprezá-lo, mas, ao contrário, interessar-se pelo contato com êle, disputar-lhe o convívio, requerer-lhe a intimidade. Pois, se procuramos o povo para a conquista dos votos, por que, obtidos êstes, nos separarmos dêle, se é dêle afinal que nos vêm, além do voto, as sugestões e o estímulo com que corresponder-lhe à confiança?

LÍDER POLÍTICO E POVO

O voto secreto, já firmado entre nós de tal modo que não é fácil prever o resultado de um pleito, exige, ademais, aproximação maior entre o governante e o povo, entre o líder político e o povo, entre o candidato a postos eletivos e o povo, tanto mais quanto se sabe que o prestígio eleitoral dificilmente se transfere. Sendo o sufrágio universal baseado no número e não na qualidade, acabou êle com a fase em que a eleição de alguém dependia apenas da vontade de um ou de poucos. O líder popular pode apoiar determinado candidato e o povo não o seguir, assim como o govêrno, com todo o seu poderio, pode perder eleições, e no Brasil as tem perdido constantemente. Razões diversas explicam, aliás, êsse crescente movimento contra o Poder, movimento que muito se alimenta e revigora nas injustiças sociais. Expressão pública, o govêrno, do regime vigente, para êle apelam os que têm a pedir, tanto como a êle se dirigem os protestos de tôdas as dificuldades e amarguras. Permanecem insatisfeitas ou crescem as necessidades, aumentam as reações ao Poder, e estas, quando não se exprimem pela violência, manifestam-se, com o voto secreto, através das urnas, que drenam, assim, as energias revoltadas, e aliviam, como válvulas, o sofrimento das fôrças anônimas da coletividade. Acentuemos, todavia, que o voto secreto é reflexão e emoção: pela reflexão, o eleitor, com a garantia do sigílo, vota a favor do líder em quem

confia ou contra aquêlê não o agrada ou lhe faltou; mas, impulsionado pela emoção, não pode garantir em quem votará. Uma boa propaganda, um ato de sentido humano, um imprevisto, um fato inopinado às vésperas do pleito, um imponderável, vinculando-se aos candidatos, é capaz de desviar-lhe a inclinação, variar-lhe a escolha, qual uma objetiva cuja lente mude de posição no momento exato do instantâneo. E os votos esperados desaparecem como por encanto, tomam surpreendentemente outra direção, e aos borbotões, tal uma repêsa que se rompesse da noite para o dia, e como se fôrça misteriosa passasse de repente a influenciar e dominar as consciências.

Curioso observar, sobretudo nas capitais, a unidade do legítimo pronunciamento popular. Quando as urnas começam a manifestar-se neste ou naquele sentido, terminam do mesmo modo, como se ligadas por um sistema de vasos comunicantes.

GRANDES PROVAS

Grandes provas se impõem ao governante, mormente no primeiro ano de exercício do mandato, sem dúvida o mais difícil, o mais doloroso. Todos quantos depositaram nas urnas um voto em seu favor, ainda os que votaram contra êle ou nem sequer votaram, dêle esperam algo de interêsse publico ou de interêsse individual. No seu livro sôbre Roosevelt e Hopkins, Robert Sherwood conta que Roosevelt, recebendo em 1941, no seu gabinete da Casa Branca, a Wendell Wilkie, seu adversário republicano por êle derrotado na última campanha eleitoral, e que estava de viagem para Londres, convidou-o a entender-se sôbre assuntos de interêsse do país com Harry Hopkins, que se encontrava na Inglaterra em missão especial dêle, Roosevelt. Wilkie não se conteve, e perguntou-lhe: — “Por que é você tão intimamente ligado a Hopkins? Naturalmente há de saber que se desconfia dêle e que sua influência no govêrno provoca irritação.” Roosevelt respondeu: — “Eu compreendo que você me pergunte porque tenho necessidade dêsse meio-homem (referia-se à extrema fragilidade fisica de Hopkins). Mas um dia talvez você esteja sentado aqui onde eu agora me encontro, como presidente dos Estados Unidos. E, quando olhar para aquela porta de entrada, conhecerá que praticamente todos os que a transpõem vêm tentar tirar alguma coisa de você. Compreenderá, então, como é solitário êste cargo, e descobrirá a

necessidade de ter a seu lado alguém como Harry Hopkins, que não pede nada, e só deseja servi-lo.”

TUDO SE QUER DO GOVERNANTE

Realmente, todo o mundo quer alguma coisa do governante, ainda que, candidato, nada tenha êle prometido, mas apenas pelas esperanças que tôda campanha política desperta. E o pior é que, uns de boa fé, outros de má fé, o querem desde logo, imediatamente, como se o Poder fôsse uma cartola mágica de onde num minuto se tirasse o miagre das realizações ou dos favores. Surgem, então, no meio dos correligionários, as desilusões, as decepções, as mágoas, as queixas, que, somadas aos ressentimentos, às frustrações e à hostilidade e agressividade dos adversários picados pela derrota, fazem crescer, muitas vêzes, ameaçadora, a insatisfação, enquanto aumentam as exigências na razão direta da impossibilidade de serem atendidas. E, para mais atordoar o novo governante, tal estado de coisas se cria quando êle não firmou ainda o seu prestígio, não tem nas mãos, bem ajustadas, tôdas as cordas do comando; quando ainda subsistem nos espiritos a presença e a autoridade do seu antecessor, tenha êste feito o bem ou o mal; quando a transição entre um e outro Govêrno ainda pròpriamente não se operou, e as emoções da transferência do Poder continuam perturbando a visão tanto dos que o deixaram como dos que o assumiram.

OS PRIMEIROS ANOS DE GOVÊRNO

Mas, se no primeiro ano se impõem a preparação do terreno, a arrumação da casa, a organização da equipe de colaboradores, a composição e concatenação dos diversos elementos com que orquestrar a administração, nos outros anos cumpre manter a harmonia do conjunto, reduzir os malefícios da heterogeneidade dos temperamentos e das vocações emergidas ao Govêrno com a luta eleitoral, coordenar vontades e energias, acalmar ambições desmedidas, ritmar o trabalho, assegurar o resultado, alcançar o objetivo, enfim construir, num permanente esforço de atenções e cuidados para evitar desacertos e prevenir desafinamentos.

E cada ano que se passa, cada dia, cada hora, tem à sua frente o Govêrno uma nova batalha, um desafio à sua ca-

pacidade de luta, como ao seu espírito de tolerância, à sua resignação e à sua compreensão. O Poder Público é, afinal, uma sucessão de corridas de obstáculos, de armadilhas, que o governante enfrenta entre insucessos e triunfos, uns e outros a êle igualmente necessários. Poder-se-ia dizer que em política a vitória também é feita de derrotas. Além dos ensinamentos que traz, da fonte de experiência que é; além da circunstância de aproximar da realidade, enquanto o êxito conduz a miragens; além de humanizar o homem público, o infortúnio influi no destino dêle pela redução das hostilidades que os triunfos provocam, especialmente na vida política, e pela simpatia que, sensibilizando a alma popular, a condição de vítima assegura.

PACIÊNCIA E TOLERÂNCIA

Para sair-se bem de provas tão duras e tão intensas não há senão — a par do trabalho construtivo, dos feitos em benefício do povo, que lhe consolidam a autoridade — não há senão a paciência e a tolerância. Ai do governante que, ante a sofreguidão e revolta das esperanças não atendidas, as impertinências de adversários ou correligionários, se desorientar, perder êle mesmo a calma, e enveredar pela violência, pelas afirmações de poder através da força material e do capricho pessoal! Se, desviando atenções dos negócios do Estado para repelir ataques, em vez de atacar problemas, o governante priva o povo do bem que lhe pode fazer, já lhe estará, por isso, em última análise, fazendo o mal, que se aviva com a discórdia e a exacerbação das agitações. Nada mais frágil, mais contraproducente e prejudicial ao bom êxito do Governo do que a violência, que se sabe como principia, mas não se sabe como acaba. A base do Poder Público é por certo o consentimento, a aceitação popular; a imposição da força só o faz, evidentemente, distanciar-se do povo. Não será possível ao governante, para cumprir sua missão, mobilizar as próprias energias, acordar aquelas que dormem no seu ser, sem o encontro da consciência da sua vocação com a consciência coletiva, sem o entendimento da sua inspiração íntima com os apelos da realidade, sem o diálogo da sua voz interior com as circunstâncias e os acontecimentos. Tem êle necessidade tanto da sua confiança e fé em si mesmo, da convicção subjetiva, como da confiança exterior, que não lhe será dada se os seus atos não refletem as aspirações gerais, não sincronizam com a alma coletiva, não se identificam com o interesse público.

O MÊDO

Se o governante quer com a violência inspirar medo, termina êle mesmo sendo vítima do medo. E o medo que procura infundir, como base do seu poder, não será maior do que o que o dominará, nascido ou nutrido dos seus excessos de mando, feito de inibições e dúvidas, de inquietações e preocupações, a criar duendes e perigos em todo canto. Na luta política, pode-se, como oposição, enfrentar com êxito a polícia, e do choque sair herói ou mártir, mas não se pode, como Governo, enfrentar com a polícia a opinião pública que é invisível, impalpável, imponderável, está no ar, penetra tudo, entra no gabinete mais indevassável — como a voz da consciência, que não se vê nem se ouve, mas se sente — a enfraquecer os dirigentes que a contrariarem. Há de o governante, afinal, resguardar-se sempre do medo: do medo que inspire e do medo que o domine. Temido, não contará com o apoio da opinião pública que, amedrontada, murmurante e insone, a primeira oportunidade se exterioriza e levanta, invencível, contra êle. Assim, quando mais forte se imagina, cai no vácuo, perdidos os próprios adeptos, muitos dos quais, apoiando-o sinceramente ou servindo-se apenas do Poder, não se sentem obrigados a acompanhá-lo no êrro, e ainda menos se êsse êrro lhe tira o Poder. Temendo, cumpre ao governante vencer o medo desde que êste deixe de ser para êle um elemento de equilíbrio, fator apenas de contenção dos seus excessos, para se tornar senhor das suas ações.

ESTÍMULOS AO GOVERNANTE

Convenha-se, aliás, em que as dificuldades, os empecilhos, os embaraços são antes estímulo para o governante. As resistências que se lhe antepõem reforçam-lhe a capacidade de realização. Nos tropeços, nos tumultos mesmos das lutas, dos combates, animam-se-lhe as energias. A pressão das hostilidades, o impacto dos perigos, o vigor dos sofrimentos se rão fôrças de propulsão que inspiram, nutrem, incentivam e mobilizam a vontade criadora dos Governos.

Realizaria mais o Poder Público sem o acicate da crítica? Evidentemente a crítica influi de maneira decisiva no êxito dos Governos. Se o escritor e o artista precisam de liberdade para trazer à luz as suas criações, o homem público, para o cumprimento das suas tarefas, necessita não somente

da sua própria liberdade, mas também da cooperação da liberdade dos outros, pois exatamente no debate das idéias e das ações se apura e define o bem geral. Quando o Governo não realiza dentro da liberdade, é porque lhe falta poder criador, tanto como se, para manter-se, recorre à exibição de força material, é porque lhe falta autoridade moral.

LIBERDADE DE CRÍTICA

Não se imagine que as dificuldades de governar despareçam com a extinção da liberdade de crítica e a exclusão do povo na escolha dos governantes. Um Governo sem mandato popular, cuja permanência depende exclusivamente da boa vontade do menor número e da tolerância das armas, nunca terá mais autoridade e mais eficiência para empreender do que um Governo de período fixado, baseado no voto popular. Ditatorial, êle é apenas o Poder, inseguro, assustado pelos temores do ansioso, dominado pelas dúvidas do solitário, prêsda das amarguras da angústia, desligado da cooperação coletiva e escravo do privativismo, fincado na areia movediça de um tênuê acôrdo de vontades, esteado em circunstâncias fortuitas e sujeito ao vaivém das intrigas, dos interesses nem sempre confessáveis. Baseado no voto popular, é a tranqüilidade do Governo livremente constituído, de prazo certo, olhando o seu dia de amanhã não como uma incógnita, uma interrogação, dependente desta ou daquela vontade individual, mas como um direito do povo, visto que o seu mandato é um patrimônio do povo.

Nem se diga que governos antidemocráticos construiram, porque então se admitirá que poderiam ter construído muito mais se para acioná-los houvessem recebido a cooperação da crítica, da controvérsia, se houvessem permitido o diálogo em vez de se reduzirem ao monólogo. Manter a Nação sob o toque de silêncio, sem a seiva da colaboração coletiva, não é garantir o prestígio do Governo nem assegurar-lhe a eficácia de ação, mas criar e incentivar correntes subterrâneas de revolta e promover a resistência passiva. Certo, a liberdade não nutre só por si o ser humano: é com o progresso que se assegura o bem-estar. Mas o progresso sem a liberdade é a insatisfação, a amargura, a inquietação espiritual.

LUTA CONTRA A ESTAGNAÇÃO E O ATRASO

Para mim, o Governo foi, antes de tudo, uma surpresa. Ausente de minha terra desde mais de vinte anos, imaginei em 1950 ser um dos representantes alagoanos na Câmara dos Deputados. Membro de partido minoritário no Estado, decidi entrar em contato direto com o povo para lhe manifestar o meu empenho em ser-lhe útil. E quando, depois de prestar-lhe os serviços que pude, esperava ser incluído numa chapa de deputados, não tive só esta honra: vi também o meu nome indicado por diversas forças políticas como candidato a Governador.

Ascendendo ao poder, esforcei-me para realizar uma obra política e administrativa que respondesse às esperanças do povo. Torturou-me a verificação da divergência entre a minha vontade de empreender e os pequenos meios com que fazê-lo. Lutei contra a opressão da violência e da miséria, da fome e da estagnação. Enfrentei a descrença, o atraso, a rotina, forças que se afirmavam pela resistência silenciosa ou pela hostilidade manifesta. Não me detive diante delas, que, então, se exacerbaram. Doíam-me tanto, porém, os sofrimentos do povo alagoano, que eu não poderia temer o furor das agressões mais inconcebíveis.

Contra mim, aliás, já tinham investido os meus adversários, mal expressara eu o desejo de participar da vida política alagoana. Candidato, intensificaram-se e multiplicaram-se as acusações. Eleito, renovaram-se elas. Mal assumia eu o Governo, via-as reeditadas, como reeditadas foram no decorrer e ao fim do meu mandato, conquanto já houvessem por mim sido pulverizadas desde o primeiro momento. Amparado na tranqüilidade de consciência de quem tem convicção de haver agido bem, poderia responder-lhes apenas com a frase de Lincoln: "Eu não sou nada, mas a verdade é tudo." Menos por mim do que para desacreditar aos olhos do povo os difamadores, recorri sempre, entretanto, à Justiça, cujas decisões têm mostrado invariavelmente a sem-razão dos meus agressores.

ISENÇÃO E SERENIDADE

A linha de objetividade e impessoalidade, de isenção e serenidade, que me impus como um dever de consciência, não se rompeu ao choque das lutas, e circunstâncias e aconteci

mentos não a comprometeram, nem me desviaram do caminho escolhido.

Baseado no empenho permanente de satisfazer as necessidades coletivas dentro de um clima de entendimento e boa vontade, visando sempre a uma fecunda convergência de energias construtivas, ganhou o meu Governo maior autoridade, ao mesmo tempo que reduziu os desacertos pessoais e arrefeceu as paixões.

A realidade alagoana de hoje comprova que eu não estava errado quando, no Governo, antes queria ser compreendido pelo futuro do que pelo presente. O tempo decorria do meu perspectiva ao povo para discernir, e os efeitos dos meus esforços vão dia a dia aparecendo melhor.

Os discursos que aqui se reúnem, pronunciados em fases decisivas da minha experiência de governo, retratam os anos da campanha eleitoral e do exercício do meu mandato, assim do ponto de vista dos problemas que ataquei e das realizações públicas que promovi, como das idéias que me animaram e das emoções que experimentei. Ajustam-se êles rigorosamente à ação que desenvolvi, mostram os pensamentos e sentimentos que me convocaram à vida política em permanente sincronização com as diretrizes e a conduta do meu Governo.

Cérca de dois anos após concluída a minha administração, não temo olhar para trás, não tenho motivo para arrependimento algum, relembro sem constrangimento o que disse e o que fiz, e penso valeram a pena os sofrimentos que me foram impostos.

Ao ser eleito Governador, em 1950, quando me felicitavam pelo resultado eleitoral, eu declarava que somente o aceitaria como vitória se bem cumprisse a minha missão. No dia 31 de janeiro de 1956, ao concluir o meu mandato, vi o povo, entre lágrimas de emoção e aplausos entusiásticos, cercar-me desde as sete horas da manhã, encher as ruas, e, ao cair da noite, descer comigo as escadarias do Palácio do Governo, improvisando ali mesmo um comício, para, depois de ouvir-me, carregar-me nos braços, em manifestação mais significativa do que a que me prestara em 1951, ao ascender eu ao Governo: mais significativa porque, naquele ano, me exprimia o povo as suas esperanças; e, agora, julgava-me, dando, ademais, autenticidade ao sentido popular da minha ação.

Tive, assim, a certeza de que a missão a mim confiada fôra realmente cumprida.



Sensdo Federal



SEN00019944